

ATA Nº. 04/2013
AUDIÊNCIA PÚBLICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E GESTÃO FISCAL EXERCÍCIO DE 2012

ABERTURA: Aos vinte oito dias do mês de janeiro de dois mil e treze, reuniram-se na Câmara Municipal, sob a Presidência do senhor Manoel Osório Teixeira Rodrigues e demais Vereadores: Alberto Renan Oliveira da Cunha, Cláudio Antunes Dias, Daniel Morales de Moura, Gilson Rômulo Silveira Gomes, Lourenço Silva de Souza, , Marcial Lucas Guastucci, Mauro Euclides Lima de Castro e Sergio Moacir Rodrigues de Castro. Verificada a presença de número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos.

EXPEDIENTE: Foi registrado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal - Exercício de 2012.

Receita: R\$ 39.059.323,72

Despesas: R\$ 32.733.395,34

Diferença: R\$ 6.325.928,38

Média da Folha de Pagamento: R\$ 1.297.378,91

Média da Receita: R\$ 3.254.943,65

ÚLTIMO DOZE MESES

Receita Corrente Líquida: R\$ 31.925.933,58

Despesas com Pessoal: R\$ 15.568.546,89

Percentual Comprometido: 48,76%

BASE DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, PARA EDUCAÇÃO.

R\$ 25.213.666,06

Gastos com Educação

Mínimo de 25%

Aplicado: R\$ 8.769.725,65 - 34,78%

BASE DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, PARA A SAÚDE.

R\$ 25.213.666,06

Gastos com Saúde

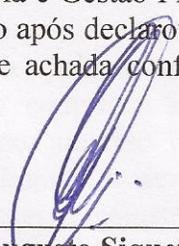
Mínimo de 15%

Aplicado: R\$ 4.361.021,86- 17,62%

QUESTIONAMENTOS: Com a palavra o Vereador Cláudio Dias faz um questionamento: O percentual de comprometimento de 48,76% com a folha de pagamento do Executivo já estaria no "amarelo"? O senhor José lhe respondeu que está no "alerta" 48,64% e existem três limites: o alerta, o prodencial e o geral. O Vereador lhe pergunta se com estes índices haverá reajuste salarial, em que lhe é respondido que há a possibilidade de não haver reajuste, mas será feito um estudo sobre este assunto, pelo fato de que este limite estaria em alerta. O Vereador Cláudio fala dá preocupação coerente desta Bancada -PMDB quando se posicionou contra a criação de novos cargos e secretarias, que venha agora possivelmente impedir o reajuste salarial de toda uma categoria. Neste momento houve um debate e o senhor José Augusto diz que não estão concretas estas definições aqui comentadas, pois será feito estudo para verificar o impacto mediante a questão salarial e de novas funções, dentro deste percentual existe também as rescisões e outros fatores, e é possível que a tendência seja baixar o índice; reafirmou que até o meio do mês de fevereiro será feito este estudo. O Vereador questiona se a Data Base seria ainda no mês de fevereiro? E diz que mesmo quando

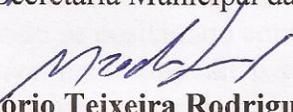
estava vigente, não era obedecida esta regra, comenta que é muito questionado sobre este assunto e também pede esclarecimentos sobre o recesso dos professores e as férias dos mesmos. Existem alguns professores que gozam das férias no mês de fevereiro que vai até os primeiros dias do mês de março, sendo que as aulas poderão começar ao final do mês de fevereiro; dentro deste tema pergunta se alterará, para a folha de pagamento, se ele (Ver. Cláudio) encaminhasse Projeto de Lei para que todos os professores de sala de aulas, gozem as férias no mês de janeiro, na resposta do senhor José Augusto declara que esta é uma questão jurídica, mas não vê problema neste sentido; após o Vereador Gilson comenta do cuidado com os professores que não completaram o período aquisitivo de férias, pois há pessoas que não fecham este período no começo do ano e sim, durante ao longo do ano dependendo do mês em que foram admitidos. Em seguida o Vereador Lourenço pergunta se estes índices têm sofrido alterações. Senhor José responde que têm se mantido os mesmos na área de saúde e educação, mas na despesa com pessoal que teve certo acréscimo nos últimos três anos, nada muito elevado onde diz que é normal todos os meses, dar esta diferença. Com a palavra o Vereador Sergio Castro saúda a todos e explica que esta Audiência Pública é necessária para a transparência no Tribunal de Contas e Poder Executivo de quatro em quatro meses; o Vereador reitera a bandeira de defesa pela educação, pois o percentual vem se mantendo bem além do que é previsto por lei que é os 25% de obrigação do Município, mas hoje está sendo aplicado 34,78%, qualidade superior na área da educação e na saúde, onde o mínimo é 15% e está sendo aplicado 17,62%, por isso a importância da transparência no Site do Tribunal de Contas, para que as pessoas entre em contato através da Internet verificando todas as contas e os gastos; situação que está sendo usada como forma de transparência, e afirma que a educação e saúde são molas mestre no município. O senhor José Augusto comunica que existe um percentual específico para a área da educação com despesa de salário do professor em sala de aula. – O FUNDEB exige gastar no mínimo 60%, mas o Município gasta quase 89% unicamente com folha de professores em sala de aula, e se for menor o Município deixa de receber verbas do FUNDEB. O vereador Sergio comenta rapidamente que muitos municípios não estão aplicando o percentual que é justo por Lei. Com a palavra o Vereador Gilson saúda a todos e diz que todos ficam satisfeitos com o Município e suas obrigações na área de saúde e educação, e foram aplicados acima 9,78%, somente nesta área, e na saúde 2,62% e ao computar todos os gastos com saúde, estes índices, seriam ainda maiores.

ORDEM DO DIA: - Foi **aprovado** o relatório apresentado pelo senhor José Augusto Siqueira Lopes, representante da Secretaria Municipal da Fazenda. Sem mais, o senhor Presidente deu por encerrada esta Audiência Pública de Prestação de Contas – Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal - Exercício de 2012, agradeceu a presença de todos os presentes, logo após declarou encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a respectiva Ata, que lida e achada conforme será devidamente assinada por quem de direito.



José Augusto Siqueira Lopes

Representante da Secretaria Municipal da Fazenda


Manoel Osório Teixeira Rodrigues

Presidente do Legislativo Municipal – 2013

